

República do Cunani: a formação de um país de quilombolas na Amazônia oitocentista (1865-1888)

The Republic of Cunani: The Formation of a Maroon Country in the Nineteenth-Century Amazon (1865-1888)

Adalberto Paz*

Resumo: O artigo investiga a ascensão e a queda da chamada República do Cunani, um país independente, criado em 1886, no interior de um território situado no extremo norte amazônico, disputado entre a França e o Brasil. Destaca-se o envolvimento das populações do Contestado Franco-Brasileiro na criação desse Estado autoproclamado, bem como em seus desdobramentos e repercussões internacionais. Para isso, são analisados correspondências oficiais, relatos de viagens e jornais da imprensa brasileira e francesa. Em oposição às interpretações clássicas sobre o tema, pautadas na ideia de investidas aventureiras e manipuladoras, demonstra-se que os habitantes do quilombo do Cunani e de outros povoados do Contestado possuíam formas próprias de organização social e desenvolviam uma importante experiência de autonomia política, favorecida pela ausência de soberania nacional na área sob litígio. Tais fatores, somados às disputas e alianças entre indivíduos e grupos de diferentes origens, confluíram para a formação e a ruína dessa peculiar república de quilombolas.

Palavras-chave: escravidão na Amazônia; comunidade de fugitivos; Contestado Franco-Brasileiro.

Abstract: This article investigates the rise and fall of the so-called Republic of Cunani, an independent country established in 1886 within a territory located in the far northern Amazon, disputed by France and Brazil. Particular attention is given to the involvement of the populations of the Franco-Brazilian Contested Territory in the creation of this self-proclaimed state, as

* Doutor e mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor associado da Universidade Federal do Pará, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unifap. E-mail: adalbertojpaz@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5123-0362>.

well as in its subsequent developments and international repercussions. To this end, the study analyzes official correspondence, travel accounts, and newspapers from the Brazilian and French press. In contrast to traditional interpretations of the subject, which portray the republic as the result of adventurous and manipulative schemes, the article demonstrates that the inhabitants of the Cunani quilombo and other settlements in the contested region possessed their own forms of social organization and developed a significant experience of political autonomy, fostered by the absence of national sovereignty in the disputed area. These factors, combined with disputes and alliances among individuals and groups of diverse origins, converged to shape both the formation and the downfall of this remarkable republic of maroons.

Keywords: Slavery in the Amazon; Franco-Brazilian Contested Territory; Fugitive Community.

Cunani: de missão jesuítica a “grande mocambo bastante povoado”

NA SEGUNDA METADE do século XIX, a região situada entre a foz do rio Amazonas e as possessões coloniais europeias no extremo norte da América do Sul havia se tornado um importante refúgio para indivíduos e grupos historicamente marginalizados e perseguidos, incluindo indígenas e escravizados em fuga, além de aventureiros de modo geral.¹ Sucessivos governos franceses e portugueses, e após a independência, brasileiros, disputaram o domínio sobre uma área específica que se estendia da linha do Equador ao atual rio Oiapoque, e cujo litígio perduraria ainda por mais de uma década após a Proclamação da República no Brasil.

No oitocentos, a origem legal que intensificou essa dinâmica de ocupação e povoamento remonta ao ano de 1841, quando as monarquias do Brasil e da França realizaram um acordo que neutralizava por tempo indeterminado a soberania de ambos os países sobre todo o espaço geográfico compreendido entre o rio Araguari – localizado na região central do atual estado do Amapá – e a margem direita do rio Oiapoque.² A combinação *sui generis* de ausência de poder estatal, localização transfronteiriça e abundância de recursos naturais, entre outros fatores, tornou o chamado Contestado Franco-Brasileiro palco de experiências políticas, econômicas e sociais bastante emblemáticas e até mesmo radicais, como a controversa República do Cunani, um Estado autoproclamado fundado em plena selva amazônica.

Assim, este artigo propõe elucidar os múltiplos fatores que tornaram possível a criação, ainda que efêmera, desse “país” ocupado basicamente por uma população de ex-escravizados

1 Além da região fronteira inicialmente disputada entre Portugal e França, analisada neste artigo, merecem destaque os territórios coloniais controlados pela Holanda (Suriname) e pela Inglaterra (Guiana).

2 Em 1836, sob o pretexto de conter o avanço da revolta da Cabanagem (1835-1840) em direção à Guiana Francesa, a França instalou um posto militar no território litigioso. Como condição para sua retirada, o governo francês propôs, em 5 de julho de 1841, a neutralização da região compreendida entre os rios Araguari e Oiapoque até a resolução definitiva da soberania sobre a área. A proposta foi aceita pelo Brasil em 18 de dezembro do mesmo ano, formalizando o acordo. Ver PAZ, Adalberto. **Repúblicas contestadas**: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. p. 87-103.

fugitivos estabelecidos no quilombo do Cunani, formado bem no centro da região contestada entre o Brasil e a França. O termo quilombo é aqui empregado em consonância com a historiografia social contemporânea sobre as fronteiras amazônicas.³ Afastando-se, portanto, a visão anacrônica de quilombo como um reduto estático e isolado, apreendendo-o como um espaço transfronteiriço complexo, dinâmico e multiétnico. Nesse território de refúgio, indígenas, desertores e pobres livres e libertos de maneira geral articularam-se sob a liderança e a agência política de uma expressiva base demográfica de ex-escravizados, convertendo a ausência de poder oficial e os aspectos físico-naturais do Contestado em uma autêntica geografia da liberdade.⁴

Dessa forma, conforme se verá adiante, em oposição à maioria das representações que tendem a retratar a República da Guiana Independente — nome oficial da República do Cunani — exclusivamente como expressão dos interesses franceses na região, este artigo examina evidências da autonomia e da organização político-social das populações do Contestado, incluindo o Cunani e seus arredores. Tal perspectiva contrapõe-se às narrativas e aos discursos que reiteradamente procuraram apresentar esses grupos como atores instrumentalizados pelas disputas imperialistas, bem como ineptos e alheios à civilização.

Um dos primeiros estudos a tratar sobre as origens do povoado do Cunani foi publicado em 1900, escrito pelo naturalista suíço Emílio Augusto Goeldi, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, localizado na cidade de Belém, capital do estado do Pará. No artigo, Goeldi lamentava ser “realmente desoladora a insuficiência das informações históricas” acerca das comunidades indígenas que originalmente habitaram aquela região. Goeldi destacava como principal obstáculo a “desarmonia e falta de concordância, reinantes” nas narrativas de cronistas, exploradores e nos mapas acumulados ao longo de três séculos. Essas inconsistências, observava o cientista, alimentavam o prolongado conflito entre Brasil e França “relativamente à fronteira guianesa”.⁵

A fala de Goeldi não era desprovida de intenções políticas.⁶ No final do século XIX, a memória histórica sobre Cunani tornara-se também terreno de embates entre diplomatas brasileiros e franceses. Sua frustração derivava da impossibilidade de identificar, com precisão, quem teriam sido os primeiros habitantes da área. A única informação relativamente segura, mas pouco satisfatória, era a de que os indígenas oleiros do rio Cunani viveram durante 16

3 Ver GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2005. FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Fortaleza: Plebeu gabinete de leitura, 2022.

4 Ver PAZ, Adalberto. Comércio e contrabando entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1870. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1-31, 2021.

5 GOELDI, Emílio Augusto. **Excavações archeológicas em 1895 executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas**. 1ª parte: As cavernas funerarias artificiaes de indios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica. Belém: Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 1900. p. 32-33.

6 A partir de 1897, Emílio Goeldi colaborou ativamente com o Barão do Rio Branco na resolução do Contestado Franco-Brasileiro. Ver a respeito SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva**: o museu paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. p. 300-336.

anos em uma missão “clandestina” fundada, em 1778, pelo governador da Guiana Francesa, Pierre-Victor Malouet.⁷ Contudo, Goeldi queixava-se da ausência de registros socioculturais sobre os grupos catequizados pelos missionários.

Antes dele, ainda na década de 1880, Henri Coudreau já havia vinculado a ocupação do rio Cunani à missão estabelecida por Malouet. De acordo com o explorador, o declínio dessa iniciativa resultou do aumento da vigilância portuguesa na fronteira com a Guiana Francesa em 1794. Naquele ano, o governador Francisco de Sousa Coutinho enviou cinco embarcações armadas para a foz do Oiapoque e, no retorno ao Pará, os navios teriam invadido a missão de Cunani e outra no rio Macari, capturando mais de 600 indígenas, inclusive de áreas vizinhas.⁸

Para Coudreau, entretanto, o povoado do Cunani teria sido de fato “fundado”, em 1858, por Prosper Chaton, ex-cônsul francês em Belém e figura central na história da mineração de ouro na Guiana Francesa. Em 1855, Chaton teria aproximado o governo franco-guianense de Félix Coüy, garantindo a este o suporte financeiro necessário para explorar as jazidas do Alto Approuague.⁹ Nesse contexto, a fundação de Cunani teria como propósito reunir trabalhadores para as minas, já que a abolição da escravidão na França, em 1848, havia provocado escassez de mão de obra.¹⁰ Contudo, tal pioneirismo atribuído a Chaton é questionável, levando-se em conta que a área entre os rios Araguari e Oiapoque – e consequentemente o Cunani – nunca esteve completamente desabitada.

Na década de 1850, o povoado do Amapá era o núcleo mais expressivo do Contestado. Entretanto, outros agrupamentos humanos também se formavam entre os rios Maracá e Oiapoque, mesmo que em pequena escala. Em 1859, o Cassiporé contava com cerca de 80 moradores, alguns vindos da Guiana Francesa, enquanto o Cunani tinha aproximadamente 40 habitantes, quase todos brasileiros, exceto por um comerciante francês anônimo.¹¹

As transformações ocorridas ao longo da década de 1860 redesenharam o equilíbrio político dentro do Contestado e a relação dos seus moradores com o Brasil e a Guiana Francesa. Entre elas, destacam-se o aumento populacional, ajustes nas rotas e extensão do comércio e acordos oficiais de extradição de criminosos. Nesse contexto, as lideranças do Cunani começaram a se afirmar de modo mais autônomo, disputando a primazia que até então cabia ao Amapá.

7 Goeldi tinha obtido essa informação em SILVA, Joaquim Caetano da. **L'Oyapoc et l'Amazone**: question brésilienne et française [1861]. 3ª ed. Tome premier, Paris: A. La Hure, 1899. p. 106-107. GOELDI, op. cit., p. 41. Os padres responsáveis pela missão de Cunani eram jesuítas portugueses chamados Ferreira e Padilha.

8 COUDREAU, Henri. **Le territoire contesté entre la France & le Brésil**. Lille: imprimerie L. Daniel, 1885. p. 9-11. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale**: études sur les Guyanes et L'Amazonie. Paris: Challamel Ainé Éditeur, 1886. p. 223-225. A data de fundação da missão indicada por Coudreau é 1780.

9 PETOT, Jean. **L'or de Guyane**: son histoire, ses hommes. Paris: Editions Caribéennes, 1986. p. 45-47.

10 COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale**: voyage à travers les Guyanes et L'Amazonie. Paris, Challamel Ainé Éditeur, 1887. p. XXIX. COUDREAU, **La France Équinoxiale**: études sur les Guyanes et L'Amazonie, op. cit., p. 232. É interessante notar que mesmo autores brasileiros de postura assumidamente nacionalista sobre o Contestado endossam essa versão. Ver, por exemplo, SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 139.

11 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), relatório do capitão-tenente José da Costa Azevedo, a bordo do vapor *Araguari*, em 29 de julho de 1859, ao ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos. Lata 540, maio 2.

Desse modo, em 20 de janeiro de 1864, o presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, escrevia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmando que:

Não há muito que a autoridade de Remígio¹² se estendia livremente até o Cunani e o Cachipour [Cassiporé], sem encontrar estorvos por parte dos habitantes que lhe prestavam toda obediência. Há pouco tempo, porém, começou a sofrer oposição da parte de alguns poucos indivíduos, não só do Cunani, como do Cachipour [...]. Esta resistência, que a Remígio parece ser devida a emulação de um ou dois indivíduos que pretendem o governo daqueles pontos, está para mim suficientemente caracterizada.¹³

Segundo Araújo Brusque, aqueles “poucos indivíduos” que desafiavam a autoridade de Remígio eram, em sua maioria, desertores ou fugitivos da Justiça brasileira, e estariam sob a influência direta do ex-cônsul Prosper Chaton. Acostumado a ver tais comunidades como agrupamentos marginais, o presidente do Pará não concebia que uma população de renegados pudesse articular, por conta própria, tamanha resistência política. Assim, atribuía a insubordinação no Cunani à intervenção de um estrangeiro instruído.

Apesar do incômodo causado às autoridades imperiais, o Cunani não apenas ampliou sua população como também consolidou sua autonomia. A partir da metade da década de 1870, já apresentava características que marcariam sua trajetória até o final do século XIX. Essa configuração foi descrita em relatório de 17 de novembro de 1875, redigido pelo comandante e diretor da Colônia Militar Pedro II, Antonio José dos Santos Bentes. Nele, o oficial mencionava no Cunani “um grande mocambo bastante povoado, com uma boa igreja, superior à do Amapá”. O relatório ainda identificava como dirigente local “o preto Trajano, que também tem o posto de capitão”.¹⁴

O “preto” em questão era Trajano Cypriano Bentes, um escravizado fugitivo natural da vila de Curuçá, no Pará, filho de Clara Rita. Segundo o próprio, teria chegado ao Cunani por volta de 1865, já com cerca de 50 anos, e logo fora “eleito governador pelo povo”, obtendo 49 votos a mais que seus concorrentes.¹⁵ Em 1874, Trajano já aparecia em uma lista de moradores do Contestado, encomendada pela presidência provincial, como “principal do rio Cunani”.¹⁶ O documento ainda registrava que seu último senhor fora Raymundo Alves, de São Caetano de Odivelas.¹⁷

Sob a liderança de Trajano, o povoado passou a organizar-se administrativa e economicamente, adquirindo traços de centralidade dentro do território contestado. Em

12 Nas primeiras décadas após a celebração do acordo de 1841, o indígena Remígio Antonio consolidou-se como a principal liderança do povoado de Amapá e de todo o Contestado Franco-Brasileiro. Sobre o tema, ver PAZ, 2017, op. cit., p. 105-122.

13 AHI, ofício reservado, de 20 de janeiro de 1864, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

14 AHI, relatório reservado de 17 de novembro de 1875, do comandante e diretor da Colônia Militar Pedro II, Antonio José dos Santos Bentes, ao presidente do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

15 Essas informações foram prestadas pelo próprio Trajano durante um interrogatório realizado em 5 de agosto de 1895. AHI, autos de justificação procedidos a requerimento do doutor primeiro promotor público da comarca de Belém, p. 8, 1895. Lata 542, maço 2.

16 No Contestado Franco-Brasileiro, chamava-se principal ou “capitão principal” as lideranças locais dos povoados.

17 AHI, relação dos escravos que vivem no rio Coanany. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-7.

setembro de 1883, quando circulavam rumores sobre a expedição exploratória conduzida por Henri Coudreau no Contestado, a presidência do Pará encarregou o juiz Francisco Pereira, sediado em Vigia, de recolher informações sobre o Cunani. A partir de relatos de comerciantes de peixe instalados no Amapá, Pereira registrou que o Cunani era um quilombo com “número de almas superior a quinhentas, com certo regimento de polícia”.¹⁸

No mês seguinte, em nova diligência, o juiz tomou conhecimento de que naquele mesmo ano havia sido criada no Cunani “uma espécie de repartição com feição de Capitania do Porto”, onde os barcos que seguiam do Pará para Caiena eram “obrigados a tomar um passe [licença], sob pena de multa ou prisão do dono ou encarregado!”.¹⁹ Dois meses antes, um pescador chamado Antonio Leal teria sido obrigado a pagar a referida multa, quando retornava de uma viagem à Guiana Francesa.

As observações mais detalhadas, porém, viriam do próprio Henri Coudreau, que esteve no Cunani entre junho e julho de 1883. Suas avaliações foram contraditórias. De início, descreveu as comunidades do Contestado como vivendo em “um estado anárquico”, ainda que “fora da influência francesa ou brasileira”.²⁰ Já em *La France Équinoxiale*, apresentou quadro mais sofisticado, mencionando oito “divisões administrativas”, batizadas com nomes de rios da região.

Duas dessas divisões – “colônia do Araguari” e “colônia do Aporema” – seriam criações irregulares do governo brasileiro no setor sul da zona litigiosa. As outras seis configurariam “capitanias independentes”: Amapá, Cunani e Cassiporé, no litoral; Uaçá, Arucaná e Curupi, no interior. Em cada uma, haveria primeiro e segundo capitães, além de um brigadeiro. No entanto, as decisões só teriam validade se unânicas, pois “o veto de um único membro anularia a decisão” da comunidade.²¹

No Cunani, em 1883, Trajano Bentes era o primeiro-capitão e Raymundo de Macedo, o segundo.²² No Cassiporé, liderava o capitão Engipa; no Amapá, desde 1877, a chefia cabia a José Estevão Cardoso. É provável que Coudreau tenha omitido detalhes sobre os processos de escolha e recondução desses líderes, talvez para reduzir sua relevância política. Limitou-se a dizer que eram “nomeadas por aclamação ou sessão”, seguidas por “espécies de *meetings*, onde a cachaça desempenha um grande papel”.²³

Coudreau também trouxe informações sobre a economia local. No Cunani e no Amapá, a pesca era a principal atividade comercial, sobretudo da gurijuba, cuja carne salgada e a bexiga natatória – chamada “grude”, utilizada como cola e na mistura de argamassa para

18 AHI, relatório confidencial de 25 de setembro de 1883, do juiz de Direito de Vigia, Francisco Mendes Pereira, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

19 AHI, Relatório confidencial de 12 de outubro de 1883, do juiz de Direito de Vigia, Francisco Mendes Pereira, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8. (Sublinhado no original).

20 COUDREAU, 1885, op. cit., p. 5. COUDREAU, 1886, op. cit., p. 217.

21 COUDREAU, 1887, op. cit., p. XXXIII, XXXV.

22 Em 1886, Coudreau escreveu que existiria um terceiro capitão no Cunani, “um jovem político” chamado José. Cf. COUDREAU, 1886, op. cit., p. 401.

23 COUDREAU, 1887, op. cit., p. XXXV.

a construção civil – eram vendidas para o Pará e para Caiena desde a década de 1850.²⁴ Porém, havia especificidades bem destacadas entre os povoados.

Ao contrário do Amapá, os cerca de 300 habitantes do Cunani não participavam da extração da borracha, mas destacavam-se na carpintaria naval. Para Coudreau, o povoado era o “centro de construção naval mais importante que existe entre Caiena e o Pará”. Em 1883, possuía 15 “barcos tapuias” – como eram chamadas as goletas com capacidade entre quatro e 12 barris – usados no comércio e na pesca.²⁵ Trajano figurava entre os proprietários, além de manter um dos três estabelecimentos comerciais do lugar e relações financeiras com casas de Caiena e Belém, onde era “vantajosamente conhecido”.²⁶

A agricultura desempenhava papel secundário: cultivava-se milho, tabaco, café, algodão e urucum para o consumo interno. Parte da subsistência vinha do extrativismo, como o cacau de uma plantação feita durante a missão jesuítica do século XVIII, administrada de forma comunal, mas pouco aproveitada comercialmente. A única “indústria agrícola” expressiva era a produção de farinha de mandioca, parcialmente vendida à Guiana Francesa. Já a mineração de ouro existia, mas em estágio “embrionário”.²⁷

Quanto ao idioma, predominava o português nas capitanias litorâneas (Amapá, Cunani e Cassiporé). Já Uaçá e Arucaná conservavam dialetos “derivados do tupi-caribe”.²⁸ Ainda assim, observava Coudreau, “em quase todos os lugares o francês, ou melhor, o crioulo de Caiena, é entendido”, o que facilitava tanto o comércio quanto as relações sociais.²⁹

“Autoridades pretas, de galão branco e ortografia Benguela”: as primeiras notícias sobre uma república de quilombolas no Contestado Franco-Brasileiro

A VISITA DE Henri Coudreau ao Cunani despertou interesse imediato na imprensa e entre as autoridades do Pará, que passaram a relacionar sua presença a um suposto risco de invasão francesa no território contestado.³⁰ A realidade, no entanto, era que o povoado já havia

24 COUDREAU, 1886, op. cit., p. 414. Sobre a pesca no Amapá, ver AHI, relatório do capitão-tenente José da Costa Azevedo, ao ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, em 14 de janeiro de 1860. Lata 540, maço 2.

25 COUDREAU, 1887, op. cit., p. XXII, XXXIV.

26 COUDREAU, 1886, op. cit., p. 412, 414. Os outros dois comerciantes do Cunani eram Victor Demas e Vasconcelos. Este último um caixeiro do comerciante Joaquim Magalhães, do Amapá.

27 Ibidem, p. 424.

28 Sobre o termo “tupi-caribe” utilizado por Coudreau, ver a análise de Antonella Tassinari em sua tese, na qual a autora investiga como viajantes franceses do século XIX descreviam as interações interétnicas, a mobilidade dos grupos indígenas e o uso genérico de classificações linguísticas na região fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá, especialmente quanto ao emprego das denominações “caraíba”, “caribe”, “tupi” e “oyampi” para classificar grupos indígenas e suas línguas. Cf. TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **Contribuição à história e à etnografia do Baixo Oiapoque**: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 108-114.

29 COUDREAU, 1887, op. cit., p. XXXIII.

30 Ver a respeito PAZ, Adalberto. Explorador, cientista, espião: Henri Coudreau e o Contestado Franco-Brasileiro (Amazônia, 1883-1899). **Canoa do Tempo**, v. 17, p. 1-28, 2025.

alcançado notável grau de organização política e administrativa, mantendo, ao mesmo tempo, laços cada vez mais estreitos com a Guiana Francesa. Para jornais e correspondentes oficiais, essa aproximação era interpretada como consequência da forte presença de escravizados fugidos e outros refugiados no local.

Em 22 de agosto de 1883, uma carta enviada do Amapá e publicada em *O Liberal do Pará* mencionava uma “eleição feita pelos pretos” no Cunani, sugerindo que o governo de Caiena teria fornecido uniforme ao “capitão que foi eleito”.³¹ Poucos dias depois, em 4 de setembro, outra correspondência – dessa vez do comerciante português Joaquim Ferreira de Magalhães, endereçada ao agente consular de Portugal em Macapá, mas interceptada pelo diretor da Colônia Pedro II – relatava que o povoado já possuía “um doutor, o capitão com galão de marinha, padres, [e] professores”.³²

Em 19 de janeiro de 1884, o *Diário do Gram-Pará* transcreveu notícia publicada no *O Liberal da Vigia* seis dias antes. O texto informava que Trajano havia sido reeleito capitão em agosto de 1883, e recebera uma “farda com galões brancos” oferecida por um médico francês chamado “Noel”.³³ Além disso, o Cunani contaria com uma polícia estruturada, composta por “um oficial [...], um sargento, um anspeçada e três praças”. O correspondente, identificado apenas como “um homem sério” residente no Contestado, forneceu ainda a lista das principais autoridades do quilombo:

Trajano (escravo de Raymundo Alves), capitão; Emílio Bazini, oficial destacado; João Pinto (escravo de José Alves Dias), 2º oficial; Serafim (escravo do Tenente-Coronel Barbosa de Lima), anspeçada; Manoel Joaquim, Manoel dos Santos e Germano (livres), praças; Pedro de Souza (escravo de Cassiano Alvares), maire da vila; Lourenço Palha (escravo do capitão Moura Palha), fiscal; Quintino Maciel (escravo da órfã d. Maria da Glória, de S. Caetano), juiz de paz; Cyriaco (escravo de Raymundo de Souza), capitão do porto.³⁴

Na mesma edição, o jornal reproduziu um “documento oficial” expedido pelo governo do Cunani, assinado pelo *maire* Pedro de Souza e pelo oficial Emílio Bazini. Tratava-se de um ofício oferecendo a devolução de uma canoa furtada do capitão Manoel de Carvalho Filho, da cidade de Vigia, mediante pagamento de “100\$000, fora a despesa”. Para evidenciar a rusticidade do texto, o jornal preservou a grafia original, ressaltando seus “erros de ortografia”. O documento ainda trazia uma “estampilha antigamente inutilizada da República francesa”.³⁵

No dia seguinte, 20 de janeiro de 1884, os jornais *Diário de Belem* e *Diário de Noticias* repercutiram o caso com espanto e desconfiança.³⁶ Porém, foi o periódico *A Vida Paraense*

31 AHI, Questão do Amapá, *O Liberal do Pará*, 3 nov. 1883. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

32 AHI, carta de Joaquim Ferreira de Magalhães a João da Silva Mendes, agente consular português em Macapá, 4/7/1883, anexa ao Ofício N.º 8, de 29 de outubro de 1883, do diretor da Colônia Militar Pedro II, Francisco Joaquim de Almeida Castro, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

33 Podemos apenas conjecturar tratar-se do mesmo médico que acompanhava Henri Coudreau, o “doutor Lenôel”. COUDREAU, 1887, op. cit., p. 1.

34 AHI, Os interesses da Amazônia, *Diário do Gram-Pará*, 19 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

35 Ibidem.

36 AHI, *Diário de Belem*, 20 jan. 1884. *Diário de Noticias*, 20 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

que produziu a mais mordaz ridicularização, retratando o episódio como “uma perfeita república de opereta, com autoridades pretas, de galão branco e ortografia Benguela sobre estampilha usada”.³⁷

Imagem 1. “República do Amapá – Capital Coanany”



Fonte: *A Vida Paraense*, p. 5, 20 jan. 1884

Asátira foi ilustrada por uma gravura que apresentava personagens negros, a maioria descalça, simbolizando sua condição de ex-escravizados. Cada figura ostentava objetos ou roupas correspondentes ao cargo, mas representados de modo cômico: o juiz de paz empunhava um chicote, o capitão do porto exibia um remo, e os soldados portavam paus em vez de armas de fogo, enquanto eram inspecionados em desfile.

Outro objetivo da caricatura era ironizar o tom alarmista de *O Liberal da Vigia*, que denunciava, desde 1883, a influência francesa no Contestado. Nesse sentido, *A Vida Paraense* alinhava-se ao ceticismo do *Diário do Gram-Pará*, que questionava se tais notícias poderiam “realmente ser tomadas a sério”.³⁸ Logo abaixo da ilustração, o jornal debochava: “Aqui está, segundo documentos fiéis, o que é a invasão francesa no Amapá”. E concluía provocando:

37 *A Vida Paraense*, p. 5, 20 jan. 1884, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arm.Per.Gav. 11, n. 10.

38 AHI, *Diário do Gram-Pará*, 19 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

diante de uma “república de opereta, com autoridades pretas” benguelas, “não vale a pena chamar às armas a brava gente, não acha o *Liberal da Vigia*?”.³⁹

O debate jornalístico, associado às movimentações políticas no interior do Contestado, confundiu contemporâneos e até historiadores posteriores. Vicente Salles, em *O Negro no Pará*, interpretou a gravura como referência a um “motim de negros do Amapá” supostamente apoiado pela França para ali instaurar uma república. Mais adiante, Salles considera que o alvo das críticas feitas pelo *A Vida Paraense* seria o político e escritor Domingos Antonio Raiol, autor da obra *Motins políticos*,⁴⁰ e parece ignorar que “*O Liberal da Vigia*” nesse caso não era Raiol, e sim um destacado jornal paraense.⁴¹ Já Jonas Queiroz associou a sátira à célebre “República de Cunani”,⁴² que, no entanto, só seria formalmente criada em 1886.

A própria noção de uma “República do Amapá”, com capital em Cunani, revela o conhecimento dos editores de *A Vida Paraense* sobre a existência de ambos os povoados, mas também sua confusão quanto às especificidades de cada um. As divergências entre eles eram crescentes, motivadas pelas distintas relações que buscavam estabelecer com Brasil e Guiana Francesa. Para autoridades e imprensa brasileira, essas tensões evidenciavam o envolvimento perigoso dos moradores do Contestado em questões de cunho nacionalista.

Bandeiras, nacionalismos e disputas políticas nos povoados do Amapá e Cunani

EM 20 DE JANEIRO DE 1884, quando ainda repercutiam as notícias sobre uma suposta república quilombola, o *Diário do Gram-Pará* divulgou que “franceses” teriam rasgado uma bandeira brasileira no Amapá.⁴³ Dois dias depois, *O Liberal do Pará* destinou uma coluna inteira à denúncia, classificando o ato como “desacato à bandeira do Império” e exigindo atenção imediata do governo. O jornal, porém, duvidava que a agressão tivesse sido ordenada ou apoiada oficialmente pela França e esperava que as autoridades de Caiena igualmente repudiassem o incidente.⁴⁴

Já *A Província do Pará*, em sua edição de 23 de janeiro, procurou minimizar a questão, alegando que o ataque à flâmula, por si só, não justificaria repercussão diplomática, uma vez que não ocorrera em local oficial nem fora praticado por agentes reconhecidos do governo

39 *A Vida Paraense*, p. 5, 20 jan. 1884. IHGB, Arm.Per.Gav. 11, n. 10. (Sublinhados no original). O uso do termo “brava gente”, também evocava, ironicamente, os versos do Hino da Independência, no tocante à defesa da soberania do território nacional: “Brava gente brasileira! [...] Ou ficar a pátria livre. Ou morrer pelo Brasil”.

40 RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª ed. Belém: Editora da UFPA, 1970, 3 v.

41 SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p. 226. Este autor também afirma que Raiol teria mandado “bater os amotinados”, o que é improvável.

42 QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 323.

43 AHI, Facto Grave, *Diário do Gram-Pará*, 20 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

44 AHI, *O Liberal do Pará*, 22 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

francês. O jornal defendia, antes, que se pusesse fim ao “litígio secular” o quanto antes, para evitar novas “surpresas”.⁴⁵

No dia 28 de janeiro, o presidente do Pará, Visconde de Maracaju, comunicou o caso ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Informou que ordenara investigações em Macapá, Vigia e na Colônia Militar Pedro II.⁴⁶ O delegado de Macapá, Hilário Alvares da Costa, respondeu que nada sabia, pois a cidade não mantinha “comunicação direta para o Amapá”.⁴⁷

Somente dois meses depois surgiram respostas mais consistentes. O juiz de Vigia, Antonio Bello, considerou que o *Diário do Gram-Pará* fora “mal informado”, já que ninguém vindo recentemente do Contestado confirmara o episódio.⁴⁸ Da mesma forma, Francisco Castro, diretor da Colônia Pedro II, afirmou “com toda veracidade, não ter-se dado semelhante fato”. Não obstante, Castro tinha convicção de que os habitantes do Cunani haviam aderido à França, mas apenas, segundo ele, “por ter as autoridades, que aí [Cunani] *ainda* se acham constituídas, segundo me consta pelo governo francês, incutido no ânimo dos infelizes escravos brasileiros refugiados, pertencer esse lugar à nação francesa”.⁴⁹

O presidente, insatisfeito, insistiu nas apurações. Mas, em vez de uma confirmação definitiva, surgiram duas versões distintas. A primeira veio de Francisco Castro, em 14 de abril de 1884: dois moradores do Amapá teriam confirmado o rasgamento da bandeira, mas diziam que o episódio ocorrera há mais de um ano. O autor seria um paraense de Cametá, conhecido como “Porfírio de tal”, acusado também de ter assassinado a facadas um dos mais conhecidos comerciantes do Amapá, o português Joaquim Ferreira de Magalhães.⁵⁰

A segunda versão foi colhida em interrogatório conduzido pelo juiz Bello em 26 de maio do mesmo ano. O depoente, Gabriel Archanjo Ribeiro, pescador de 68 anos, declarou que não estivera no Amapá, mas sim no Cunani, entre setembro de 1883 e janeiro de 1884. Relatou que:

Viu no dia de Natal, o seguinte, no Cunani: um indivíduo de nome José da Luz, arvorou em frente à sua casa comercial uma bandeira brasileira, e outro indivíduo, conhecido por Pedro Mucuná, escravo do cidadão Cassiano Antonio de Souza Alvares, residente nesta cidade [Vigia], [...] dirigindo-se ao sítio onde se achava aquela bandeira, arrancou-a e conduziu-a para sua casa, indo finalmente José da Luz, por sua vez, buscá-la.

45 AHI, Os francezes no Amapá. **A Província do Pará**, 23 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

46 AHI, ofício reservado de 28 de janeiro de 1884, do presidente do Pará, Visconde de Maracaju, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

47 AHI, ofício N.º 7, de 1º de fevereiro de 1884, do delegado de polícia de Macapá, Hilário Alvares da Costa, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

48 AHI, ofício de 29 de março de 1884, do juiz de Direito de Vigia, Antonio Cicero Fernandes Bello, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

49 AHI, ofício N.º 51, de 29 de março de 1884, do diretor da Colônia Militar Pedro II, Francisco Castro, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7. (Itálico meu).

50 AHI, ofício N.º 55, de 14 de abril de 1884, do diretor da Colônia Militar Pedro II, Francisco Castro, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7. A acusação de que Porfírio tinha esfaqueado Joaquim Magalhães também consta no jornal **A Constituição**, p. 19, set. 1884. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ).

No mesmo dia, prosseguiu Gabriel, Pedro Mucuná hasteou o “pavilhão francês” diante de sua residência, não apenas para provocar José da Luz, mas sobretudo porque se considerava cidadão francês, apesar de ser escravizado fugitivo. Era ele quem mais enfatizava questões de nacionalidade no quilombo, a ponto de quase gerar um conflito sério com outros moradores. Questionado sobre a existência de autoridades locais, Gabriel afirmou que havia sim, compostas por escravizados fugitivos que se diziam investidos de autoridade pelo governo de Caiena, todos uniformizados conforme seus cargos.⁵¹

Assim, após meses de contradições, o juiz apenas confirmou a imagem já divulgada por *A Vida Paraense*: um Cunani com governo próprio, formado por ex-escravizados. Ainda que Gabriel tenha apontado Mucuná como o único que realmente fazia “questão de nacionalidade”, o tema da identidade política ganhava importância crescente no Contestado.

Os usos de símbolos nacionais, no entanto, variavam. Para “Porfírio de tal”, por exemplo, dilacerar uma bandeira brasileira poderia ser apenas gesto de desprezo às autoridades que o perseguiram. Já a rivalidade entre Pedro Mucuná e José da Luz estava ligada a cálculos políticos mais amplos, em torno da indefinição sobre o futuro domínio da região. Naquele momento, parecia claro que boa parte dos cunanienses inclinava-se à França, ainda que houvesse também partidários do Brasil. Enquanto isso, o povoado organizava sua própria administração.

Para representantes do Império, entretanto, era inconcebível admitir um governo autônomo conduzido por quilombolas. Quando se tornou impossível ignorar essa realidade, restou a explicação de que se tratava apenas de uma manobra francesa. Nesse contexto, denúncias sobre bandeiras rasgadas ou supostas adesões nacionalistas também funcionavam como instrumentos úteis para mobilizar reconhecimento, prestígio e ganhos políticos no estado imperial brasileiro.

Exemplo disso é um ofício de 5 de maio de 1886, no qual o subdelegado do Bailique, José Alves Leite, informava ter ouvido de Lucas Evangelista Pinheiro, morador recém-chegado do Cunani, que os franceses “constituindo ali [no Cunani] autoridades, têm feito nem só governar aqueles povos debaixo das suas leis e bandeira, como também os seus padres batizam as crianças como súditos franceses”. Até mesmo uma estrada já teria sido aberta para comunicar “com facilidade” o Cunani e a Guiana Francesa.⁵²

Poucos dias depois, porém, o mesmo subdelegado relativizava essa suposta hegemonia, mencionando nova “briga terrível” entre opositores no Cunani, novamente por causa de uma bandeira do Brasil. Segundo o relato, em fevereiro de 1886, um grupo de “negros escravos,

51 AHI, auto de perguntas a Gabriel Archanjo Ribeiro. Juiz de Direito da Vigia, 26 de maio de 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

52 AHI, ofício de 5 de maio de 1886, do subdelegado de polícia do Bailique, José Alves Leite, ao chefe de polícia de Belém, João Policarpo dos Santos Campos. Lata 237, maço 5, pasta 11. Em janeiro de 1884, o jornal *O Liberal da Vigia* já tinha mencionado a existência de uma estrada entre o Cunani e a margem direita do rio Oiapoque. Ver a transcrição da notícia em AHI, Os interesses da Amazônia, **Diário do Gram-Pará**, 19 jan. 1884. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-7.

desertores e criminosos” espancou um rapaz de nome Raymundo, deixando-o quase morto, juntamente com outros que bradavam “Viva a bandeira brasileira!”. Os feridos acabaram presos.⁵³ Não é possível saber se tais informações correspondiam a fatos ou se os informantes e o subdelegado estavam apenas moldando seus discursos a expectativas próprias ou alheias – incluindo, como se disse, àquelas de superiores hierárquicos. De todo modo, indicam um ambiente de disputa política acirrada, em que as bandeiras nacionais se tornavam símbolos de luta e instrumentos de mobilização.

A República do Cunani

SEGUNDO O ESCRITOR e jornalista francês Jules Gros,⁵⁴ os moradores do Cunani que defendiam maior autonomia e simpatizavam pela França encontraram reforço para seus projetos políticos com a chegada de dois aventureiros europeus: o francês Jean Ferreol Guigues e o suíço Paul Quartier. No *Journal des Voyages*, de 25 de julho de 1886, Gros relatou os acontecimentos que teriam levado os dois ao povoado alguns anos antes.⁵⁵

Conforme narrado, Guigues e Quartier haviam formado uma sociedade para explorar 30 mil hectares de terras auríferas em local incerto, entre a Guiana Francesa e as montanhas do Tumucumaque. Na viagem de retorno, pelo rio Suriname, ambos sofreram de febres e anemia, mas conseguiram sobreviver e alcançar Paramaribo. Guigues tentou, sem êxito, levantar recursos junto a investidores franceses, mas despertou interesse de um grupo de capitalistas ingleses, que enviou um engenheiro à América do Sul para avaliar as jazidas. Enquanto isso, Quartier permaneceu na Guiana Francesa, a serviço do governador Henri Isidore Chessé.

Guigues viajou então com o engenheiro até Marie-Galante, nas Antilhas, onde possuía uma propriedade produtora de açúcar e rum. De lá seguiram a Paramaribo, mas o engenheiro recusou-se a continuar viagem pelo interior, temendo as dificuldades do trajeto e os riscos de atravessar território indígena “hostil aos brancos”. Sem recursos suficientes e responsável por uma pequena equipe, Guigues decidiu reunir-se a Quartier em Caiena.

Ali encontrou o sócio em situação favorável: Quartier havia estreitado laços com as lideranças do Cunani, especialmente com os capitães Raymundo de Macedo e Trajano. Essa

53 AHI, ofício de 12 de maio de 1886, do subdelegado de polícia do Bailique, José Alves Leite, ao chefe de polícia de Belém, João Policarpo dos Santos Campos. Lata 237, maço 5, pasta 11.

54 Jules Gros nasceu em Montluel, na França, em 16 de março de 1829 e, no final do século XIX, era membro das mais importantes sociedades de Geografia da Europa. Foi autor de diversas obras sobre viagens e explorações geográficas e colonizatórias, tais como: **Un volcan dans les glaces** (1879); **Les explorateurs contemporains de l'Europe et les explorateurs contemporains des régions polaires** (1881); **Les secrets de la mer; Voyage dans l'Océan Indiers; Les 773 millions de J. F. Jollivet e Les secrets de la montagne** (1882); **Voyages et aventures d'une noce parisienne autour de monde** (1885); **Les français en Guyane** (1887); **Aventures de nos explorateurs à travers le monde e Les derniers Peaux-Rouges** (1896). A partir de 1886, contudo, Gros seria internacionalmente conhecido pelo seu envolvimento na proclamação da “República da Guiana Independente”. Cf. **Grand dictionnaire universel du XIXe siècle**. Tome dix-septième. Paris: Imprimerie Larousse, 1890. p. 1348.

55 **Journal des Voyages et des aventures de terre et de mer**, n. 472, Paris, p. 50-51, 25 jul. 1886. Bibliothèque nationale de France (Bnf). As informações a seguir são retiradas principalmente deste artigo.

proximidade também lhe conferira prestígio junto ao governador Chessé. Por isso, Quartier teria sido designado para acompanhar Henri Coudreau em sua primeira expedição ao povoado em 1883. O explorador não detalhou seu papel, mas mencionou incidentalmente que chegara a Cunani na ocasião em que Quartier oferecia festa de casamento com a filha de Raymundo de Macedo, o mais influente capitão da região.⁵⁶

Segundo Gros, quando Guigues chegou ao Cunani, “todas as autoridades locais vieram lhe afirmar simpatia, e pedir ajuda para fundar naquela região um governo sério” que pudesse ser reconhecido internacionalmente, sobretudo pela França e pelo Brasil. Percebendo a oportunidade, Guigues e Quartier conceberam um novo empreendimento: a criação de um país denominado “*República Cunaniense*”.⁵⁷

Em carta enviada a Gros, Guigues descrevia o território como promissor, mas “tão mal administrado”. Assegurava contar com apoio da “maioria da população”, em especial de Trajano, apresentado como capitão de “grande influência”. Guigues já buscava ouro desde 1885, e esperava que os investidores ingleses mantivessem interesse pela região, agora voltando-se para o Contestado Franco-Brasileiro.

O projeto, entretanto, não era aceito por todos. Segundo Gros, aqueles que viviam de “roubo e pilhagem” viam com temor qualquer plano de governo que criasse leis e punições. Um grupo teria até conspirado para assassinar Guigues durante expedição de prospecção no rio Cunani. O francês, fingindo-se de morto após disparos vindos da margem, reagiu de surpresa, ferindo dois atacantes e dispersando os demais.

Apesar do tom romanesco do relato de Jules Gros, há convergências com outras fontes jornalísticas e oficiais que confirmam o protagonismo de Trajano e Raymundo de Macedo, além da importância do casamento como símbolo de aliança política. Estabelecida essa rede de interesses, Guigues e Quartier convidaram o próprio Gros a assumir a presidência da futura república. Após sua aceitação, reuniões com a população resultaram na proclamação de 23 de outubro de 1886, assinada por Trajano, em nome do povo:

Nós abaixo-assinados, Trajano, capitão-chefe do rio Cunani, principal capitão da região chamada vulgarmente *Região contestada*, mas declarada neutra e independente por acordos celebrados entre a França e o Brasil em 1841, declara por este ato o seguinte:

Eu, capitão-chefe do rio Cunani, chefe da capitania da Guiana Independente, em nome e delegado pelos principais negociantes, assim como pela unanimidade dos habitantes, declaro o que segue:

1º Organizar em nosso território um governo que será República e reconhecido posteriormente pelas duas potências limítrofes, a França e o Brasil.

2º O governo em questão já tendo sido declarado e proclamado em mais de dez reuniões públicas, às quais M. Guigues (Jean-Ferreol), explorador francês, assistiu, resulta ser de nossa vontade unânime:

1º Nos reger sob a lei francesa, ou seja, decidimos adotar o Código francês como legislação de nosso país.

56 COUDREAU, 1887, op. cit., p. XV.

57 *Journal des Voyages*, n. 472, op. cit., p. 51. Bnf (itálico no original).

2º Que a língua francesa seja a língua nacional e governamental.

3º Que seja um francês, ao qual nos referimos com antecedência, nosso presidente vitalício, M. Jules Gros, jornalista, *officier d'Académie*, membro das sociedades de geografia de Paris, Rouen, Lisboa e diversas outras sociedades científicas, o primeiro presidente vitalício da Guiana Independente.

4º Declaramos, além disso, sempre em nome dos principais personagens do país e de toda a população, em nome do capitão do Cassiporé, meu subordinado, que, durante um ano, nós trabalhamos, juntamente com M. Guigues, que tomou a iniciativa, para formar entre nós, povo independente, sem governo regular, sem Justiça, uma República que será reconhecida pela França e pelo Brasil.

Estando nossa República já declarada de fato, pedimos a proteção dos Estados vizinhos e esperamos que a sua simpatia não nos faltará.

Viva a França!

Viva a República da Guiana Independente!

Caïena, 23 de outubro de 1886.

O capitão-chefe do rio Cunani

Assinado: Trajane Supriano Benite.⁵⁸

Assim nascia a “República da Guiana Independente”, logo batizada pela imprensa francesa como “República do Cunani”. Conforme aponta Wolfgang Baldus, essa duplicidade de designações surgiu ainda na fase de concepção do novo Estado, em 1886, quando teria sido produzido na Guiana Francesa um selo rudimentar com a inscrição “REP. DU COUNANI”.⁵⁹ Contudo, após a proclamação já transcrita, adotou-se definitivamente o nome República da Guiana Independente, presente tanto no brasão quanto nas moedas cunhadas para aquele governo.

Apesar disso, a expressão “República do Cunani” acabou predominando. Um dos grandes responsáveis por essa popularização foi Henri Coudreau, que intitulou o décimo capítulo de sua célebre obra *La France Équinoxiale* com esse nome. Em nota de rodapé, Coudreau registrava ter recebido as “últimas notícias” acerca da proclamação da “independência” do Cunani em agosto de 1886, ou seja, dois meses antes da data efetiva.⁶⁰ Tal antecedência revelava, sem dúvida, a proximidade que mantinha com Jules Gros desde, pelo menos, 1881.⁶¹

Retomando a proclamação de outubro de 1886, observa-se que Trajano Bentes era apresentado como o legítimo porta-voz da comunidade cunaniense. Era a ele que se atribuía a manifestação da “vontade unânime” de instaurar um governo republicano no território contestado. Essa nova república adotaria o idioma e as leis da França, mas, em tese, não buscava anexação, e sim reconhecimento diplomático, proteção e “simpatia” tanto do Brasil quanto do país vizinho. O primeiro dirigente não seria um político de carreira, mas um escritor parisiense de renome.

58 UNE révolution à Counani. *Le Temps*, Paris, p. 2, 15 set. 1887. Bnf.

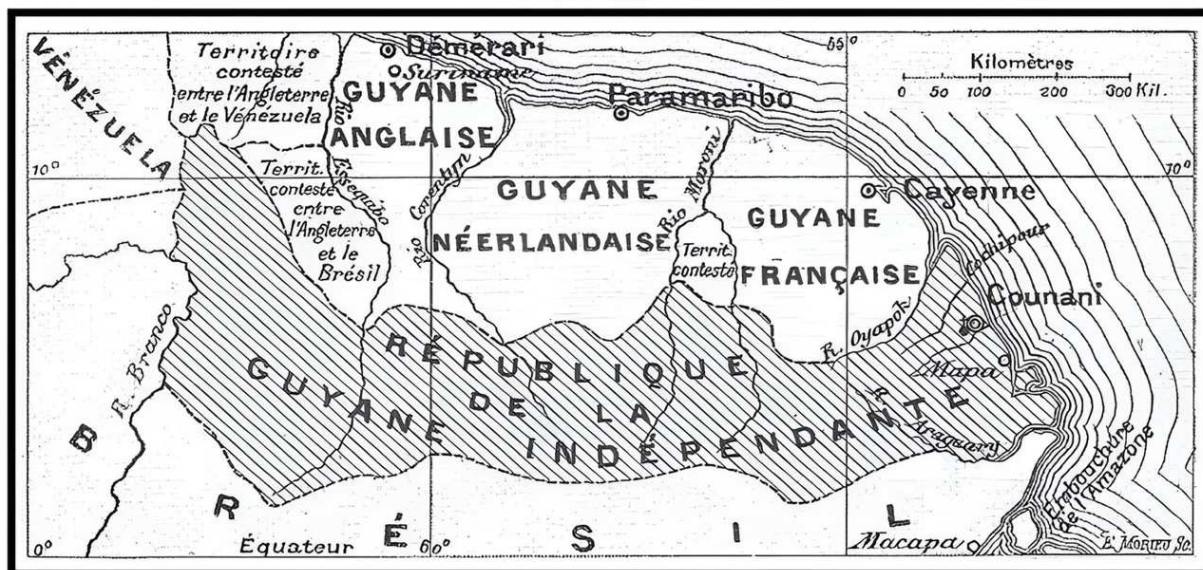
59 Baldus presume que o referido selo foi criado por um “amador” ligado a Guigues e Quartier, e que “possivelmente Jules Gros não sabia nada” sobre isso. BALDUS, Wolfgang. *The postage stamps of the Republic of Independent Guyana: Republic of Counani Amazonia Locals*. Munich: author's edition, 2004. p. 12-15.

60 COUDREAU, 1886, op. cit., p. 387.

61 *Grand dictionnaire universel du XIXe siècle*, op. cit., p. 1348.

Em praticamente todos os trechos, o texto da proclamação reforçava que a criação da República da Guiana Independente refletia um desejo coletivo, ou seja, feita “em nome dos principais personagens do país e de toda a população”. Na prática, esse coletivo abrangia especificamente o Cunani e o Cassiporé — cujo capitão aparecia como “subordinado” a Trajano —, deixando de lado o Amapá, que já havia exercido primazia isolada na área litigiosa. Nesse contexto, o êxito da iniciativa simbolizava também a supremacia do Cunani em toda a região declarada neutra em 1841.

Imagem 2. Mapa da República da Guiana Independente



Fonte: *Journal des Voyages et des aventures de terre et de mer*, n. 538, Paris, p. 277, 30 out. 1887. Bnf.

Convém destacar que o nascimento da República da Guiana Independente pode ser visto como a culminância de um processo mais longo, relacionado à consolidação política e administrativa do povoado do Cunani. Esse movimento intensificou-se visivelmente no início da década de 1880, como se depreende de jornais, correspondências, ofícios e relatos de viajantes. Entretanto, muitas vezes foi alvo de chacota, desvalorização ou reduzido à condição de simples reflexo do imperialismo francês na Amazônia.

Dessa sequência de acontecimentos, representações e julgamentos depreciativos resultaram também equívocos historiográficos. Sobre isso, bastaria citar dois exemplos presentes em trabalhos de Arthur Reis, certamente o autor brasileiro mais influente acerca do tema. O primeiro trata-se de um erro quanto à data da proclamação da República do Cunani, estabelecida por ele como sendo 1885, em vez de 1886.⁶² O segundo refere-se ao

62 Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p. 95. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 109. Embora Arthur Reis não aponte em quais documentos se baseia, diversos autores utilizam sua obra para afirmar que a República do Cunani foi fundada em 1885. Ver MEIRA, Silvio. **Fronteiras sangrentas: heróis do Amapá**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Luna, 1977. p. 45. BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899): Dernier explorateur français en Amazonie**. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 114. CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos,**

longevo argumento, ainda prestigiado por muitos, de que tal república seria obra exclusiva de “aventureiros internacionais, aproveitando a situação especial da região”. Uma afirmação que esvazia de qualquer significado as experiências políticas das populações do Contestado.

Cumprir notar, porém, que Arthur Reis não foi o pioneiro nesse argumento. Já em 1887, George C. Hurlbut afirmava que os habitantes do Cunani desconheciam até mesmo os limites de seu território. Em suas palavras, “um cunaniense nunca sabe se está dentro ou fora da sua terra natal, pois a república cobre algo entre 24.000 e 175.000 milhas quadradas”.⁶³ Cabe lembrar que nem França nem Brasil tinham consenso sobre a real extensão da área sob litígio no extremo norte amazônico.

As autoridades brasileiras, por sua vez, provavelmente só tomaram ciência dos fatos graças ao artigo publicado por Jules Gros no *Journal des Voyages* em julho de 1886. Assim, no dia 27 de setembro, o presidente do Pará, João Freitas Henriques, dirigiu-se ao promotor público e à Câmara de Macapá solicitando informações. Queria confirmar se era verdadeiro o rumor de que “um francês e um suíço, chamados Guigues e Paul Quartier, projetam estabelecer uma república” no “território neutro do Amapá”. As respostas, entretanto, foram evasivas, sempre justificadas pela distância e pela inexistência de “comunicação direta” entre Macapá e o Contestado.⁶⁴

Algumas semanas depois, em 19 de novembro de 1886, o chefe de polícia de Belém, José da Cunha Teixeira, interrogou o comerciante Joaquim Severino Netto, paraense de 45 anos, solteiro, que vivera por 25 anos no Amapá e recentemente fixara residência em Vigia. Quando questionado se autoridades de Caiena exerciam poder na região contestada, Netto respondeu que “no Amapá elas não têm intervindo, mas que há pouco tempo fizeram uma tentativa para estabelecerem uma república no rio Cunani”.

Ao ser novamente questionado sobre o assunto, Netto acrescentou que os habitantes do Cunani haviam se aproximado dos franceses por serem, em sua maioria, “desertores, escravos e criminosos, evadidos de outros lugares e ali domiciliados”. Dessa afinidade, surgira o intento comum de “constituírem uma república no Cunani, para o que já fizeram uma tentativa”. Ainda que seja perceptível a adequação feita entre as respostas de Joaquim Netto e o estereótipo da manipulação francesa, o seu conhecimento acerca daquela república, e suas motivações, indica que este não se tratava de um assunto circunscrito às ações “governamentais” de Jules Gros, em Paris.

negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX. Belém: Unamaz/UFPA/NAEA, 2008. p. 65. Além destes, inúmeras outras obras, artigos e sites de internet também reproduzem o equívoco sobre a data de proclamação da República da Guiana Independente.

63 HURLBUT, George C. Geographical Notes. *Journal of the American Geographical Society of New York*, vol. 19, p. 308, 1887.

64 Arquivo Público do Estado do Pará, ofício de 29 de outubro de 1886, do promotor público de Macapá, José A. de Siqueira, ao presidente do Pará, João Antonio de Araújo Freitas Henriques, SPP, caixa 376. Ofício de 29 de outubro de 1886, da Câmara Municipal de Macapá, ao presidente do Pará, João Antonio de Araújo Freitas Henriques, SPP, caixa 376.

Não obstante, o fato de que o presidente vitalício da República da Guiana Independente jamais tivesse posto os pés em Cunani causou surpresa e rendeu sátiras na imprensa francesa. Gros, no entanto, não se abalou. Em poucos meses, durante o ano de 1887, o novo Estado já exibia símbolos nacionais, distribuía títulos honoríficos e contava com ministros e secretários de Estado, todos europeus e em sua maioria residentes em Paris.

Em 20 de abril de 1887, de acordo com o jornal *Le Temps*, Gros instituiu uma ordem de cavalaria denominada “Estrela de Cunani”, da qual seria o “grão-mestre”. Nela previu a nomeação de “10 grã-cruzes, 20 grã-oficiais, 30 comandantes, 100 oficiais e cavaleiros em número ilimitado”.⁶⁵ Confrontado com boatos de que esses títulos estavam sendo vendidos, Gros qualificou tal acusação como “infâmia”. Entre os primeiros condecorados figuravam comerciantes, industriais, servidores públicos, um jornalista e até um editor de música.

Jean Guigues foi elevado a presidente do Conselho e recebeu o título de “grã-chanceler da ordem Estrela de Cunani”, enquanto Paul Quartier foi designado “intendente geral do palácio da presidência”. Outras nomeações ocorreram, sobretudo em agosto de 1887, anunciadas no órgão oficial do governo, o *Journal Officiel de la Guyane Indépendante*. A análise da composição mostra que nem todas as escolhas provinham diretamente de Jules Gros.

Logo no primeiro semestre de 1887, Gros nomeou Richard-Berthier como *chargé d'affaires* da República. Este apresentou ao presidente Adrien-Louis Boisset, proprietário de um pequeno jornal em Nice, interessado em integrar o governo. Após consulta a Guigues, Gros nomeou Boisset, inicialmente, agente-geral da República em Paris e, em 13 de agosto, cônsul-geral da Legação da República da Guiana Independente, instalada na Rua do Louvre, nº 18. Poucos dias depois, em 17 de agosto, Jean-Baptiste-Pierre Loyer assumiu como secretário-geral do consulado. Em 25 do mesmo mês, Boisset obteve a nomeação de Louis-Henri-Miltiade Petitjean como seu secretário particular, e de Benjamin Gadobert como primeiro-secretário. Já em 30 de agosto, Jean Guigues indicou Auguste Gardin du Boisduzier para subsecretário de Estado. No mesmo período, Jules Gros designou Paul Daval como seu secretário pessoal.⁶⁶ Em setembro, foram divulgados novos nomes de grã-oficiais e cavaleiros da ordem Estrela de Cunani, abrangendo profissionais variados: redatores, engenheiros, sacerdotes, fotógrafos, escritores, tipógrafos e outros.

Do ponto de vista burocrático e administrativo, nada parecia deter o plano arquitetado sobretudo por Jean Guigues e Jules Gros. Contudo, em 8 de setembro de 1887, o jornal *Le Temps* publicou uma nota da Legação brasileira em Paris, advertindo que o Império tomaria “todas as medidas necessárias para impedir e combater” as ações praticadas pelos “pretensos fundadores da nova República”.⁶⁷

65 UNE nouvelle République, *Le Temps*, Paris, p. 3, 18 ago. 1887. Bnf.

66 LA REPUBLIQUE de Counani. *Le Temps*, Paris, p. 3, 6 set. 1887. Bnf.

67 *Le Temps*, Paris, p. 2, 8 set. 1887. Bnf.

Da proclamação ao escárnio: o fim da República da Guiana Independente

EM REAÇÃO AO comunicado expedido pela Legação brasileira, o cônsul da República da Guiana Independente, Louis Boisset, encaminhou ao *Le Figaro* uma nota em que questionava a veracidade da declaração. Segundo ele, o ministro plenipotenciário do Brasil teria visitado a sede consular do Cunani e, naquela ocasião, afirmara que “por enquanto, as relações diplomáticas entre a nova República (textual) e o governo do Brasil não poderiam ser oficialmente estabelecidas”.⁶⁸ Boisset, portanto, parecia convencido de que o reconhecimento de sua república seria apenas questão de tempo. Após a publicação dessa nota, o *Le Figaro* noticiava que Jules Gros organizara uma comitiva de 150 pessoas, incluindo a “sua administração”, com o intuito de partir rumo ao Cunani no dia 14 de outubro de 1887.

Contudo, em 11 de setembro de 1887, o *Journal Officiel de la République Française* estampava um comunicado conjunto dos governos francês e brasileiro, no qual se afirmava categoricamente que ambos não reconheceriam a República da Guiana Independente:

Estão em curso tentativas de algumas pessoas para criar uma República independente em Cunani, local situado no vasto território o qual a França e o Brasil reivindicam igualmente a posse, desde o Tratado de Utrecht. Tal empreendimento está em flagrante contradição com as reivindicações dos dois Estados, e com o *modus vivendi* estabelecido entre eles desde 1862, para regular o exercício da polícia em um território cuja soberania terceiros não poderiam ambicionar sem usurpação. Nestas condições, nem o governo de República francesa, nem o da Sua Majestade o Imperador do Brasil, poderiam autorizar o estabelecimento da suposta “República Cunaniense”.⁶⁹

Essa manifestação oficial e definitiva surgiu de maneira surpreendente quase um ano depois da proclamação do Cunani e exatamente quando Jules Gros se preparava para embarcar, com sua comitiva, a fim de assumir pessoalmente o cargo de presidente daquele improvável “Estado” equatorial. Uma das razões desse aparente atraso residia na profunda desconfiança do Brasil em relação à França — e, sobretudo, a quem fosse considerado seu agente —, como se percebe em ofício redigido pelo presidente do Pará, Francisco José Cardoso Junior, e endereçado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, em 23 de julho de 1887.

No documento, Francisco Junior sustentava que a fundação da República da Guiana Independente “prende-se de alguma forma à viagem do Dr. Coudreau ao referido território [contestado]”, realizada em 1883. Por essa razão, tanto ele quanto o ministro julgavam indispensável que Henri Coudreau permanecesse sob atenta vigilância do cônsul brasileiro em Caiena, especialmente desde março de 1887, quando a imprensa parisiense divulgou

68 LA GUYANE Indépendante. *Le Figaro*, Paris, 8 set. 1887. Bnf.

69 *Journal Officiel de la République Française*, Paris, p. 4118, 11 set. 1887. Bnf.

o retorno do explorador à Guiana Francesa. Igual atenção era dedicada a Jean Guigues, já identificado como ministro de Jules Gros e cuja circulação entre Caiena e o Cunani era intensa.⁷⁰

Francisco Junior insistia que Guigues desempenhara papel central na proclamação da República, “provocando” os moradores, reunindo-os em “plebiscito” e “contentando-se com cruzes no lugar de assinaturas” de quem não sabia escrever. A ele também se atribuía a sugestão de um padre chamado Aimé Jean, vigário em Guadalupe, para ocupar a posição de “chefe eclesiástico da república”. Já no tocante a Coudreau, os vínculos eram mais difíceis de comprovar. Em 2 de agosto de 1887, o cônsul Victor da Cunha relatava a Francisco Junior que Coudreau estava havia dois meses em Caiena e não saía de lá.⁷¹

Diante da ativa postura presidencial de Jules Gros – que não cessava de nomear ministros e distribuir títulos honoríficos –, os governos do Brasil e da França entenderam ser necessário extinguir de vez a chamada República da Guiana Independente. Contudo, a nota conjunta de 11 de setembro de 1887, longe de encerrar o problema, desencadeou grave crise entre o próprio Gros, Jean Guigues e a população cunaniense.

Assim, no dia seguinte, 12 de setembro de 1887, Jules Gros promulgou decreto extinguindo o Consulado da República da Guiana Independente em Paris, localizado na Rua do Louvre, nº 18. No mesmo ato, exonerava “todos os funcionários [incluindo ministros] nomeados anteriormente ao presente decreto”, exceto Guigues, além de encerrar a publicação do *Journal Officiel de la Guyane Indépendante*. No preâmbulo, divulgado pelo *Le Temps*, Gros justificava a medida alegando que “numerosas discordâncias” com os demais integrantes de sua administração tornavam “imperiosa [a] necessidade de se separar da maior parte dos seus colaboradores”.⁷² Entretanto, as menções diretas ao cônsul Louis Boisset sugerem que era este o principal alvo do desagrado presidencial.

Na edição de 15 de setembro, o *Le Temps* destacava a reação indignada dos ex-aliados de Jules Gros. Segundo o jornal, os demitidos voltaram-se para Jean Guigues, então em Paris, exclamando: “foi você quem fez Jules Gros ser nomeado presidente vitalício dos habitantes do Cunani. Mas, o que você fez você pode desfazer”. A provocação teria surtido efeito, pois Guigues teria garantido aos apoiadores, e ao próprio *Le Temps*, que “pretendia depor Jules Gros hoje mesmo”.

Como seu primeiro ato insurrecional, Guigues expediu decreto mantendo “todos os dignitários da República da Guiana Independente, formados em Conselho de governo, [...] em suas respectivas funções”. Determinava ainda que tal conselho passaria a ser “encarregado dos assuntos de interesse da República da Guiana Independente”. De acordo com o *Le Temps*,

70 AHI, ofício de 23 de julho de 1887, do presidente do Pará, Francisco José Cardoso Junior, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

71 AHI, ofício N.º 2, de 2 de agosto de 1887, do cônsul do Brasil em Caiena, Victor da Cunha, ao presidente do Pará, Francisco José Cardoso Junior. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

72 DERNIERES nouvelles. *Le Temps*, Paris, p. 4, 13 set. 1887. Bnf.

em outro escrito, o cônsul Boisset chegou a designar Jean Guigues como “único delegado dos habitantes da Guiana Independente”.⁷³

Tudo isso indicava que a nota de não reconhecimento divulgada pelo *Journal Officiel de la République Française*, em 11 de setembro de 1887, tinha exposto e esgarçado irreparavelmente as dissidências internas da República do Cunani. Tais disputas podem ter se intensificado à medida que o novo país parecia realmente viável, dada a ausência de qualquer manifestação oficial contrária vinda do Brasil ou da França. Quando esta censura ocorreu, no entanto, os caminhos escolhidos por Gros e seus aliados revelaram-se opostos.

É plausível supor que Jules Gros tenha reconhecido a enorme dificuldade — senão a impossibilidade — de enfrentar a decisão conjunta de dois Estados. Mesmo assim, procurou usar a circunstância como pretexto para afastar colaboradores incômodos, na expectativa de que ele e Guigues reorganizassem o governo. Para Guigues e outros, contudo, parecia muito mais simples manter o aparato já criado e simplesmente depor Gros da presidência vitalícia.

Se, para os idealizadores e membros do governo da República da Guiana Independente, o empreendimento parecia bastante tangível e realizável, a visão da imprensa parisiense era completamente diversa. O próprio *Le Temps*, que vinha acompanhando atentamente as notícias sobre a república de Jules Gros, foi um dos primeiros a ridicularizar a ideia de um Estado sul-americano administrado por dirigentes residentes na Europa.

Assim, o jornal observava que, enquanto Gros e Guigues travavam disputas em Paris, os “cunanienses” permaneciam no cais de Caiena aguardando seu presidente e “repetiam com ansiedade: Trajano, Trajano, você vê algo vindo?”.⁷⁴ Já o *Le Radical*, comentando o decreto assinado por Jules Gros em 12 de setembro, ironizava que a “República Cunaniense” perdera, de um dia para o outro, todos os seus “ministros, embaixadores, cavaleiros, cônsules gerais, cônsules particulares, sub-cônsules [...] e um jornal oficial”.⁷⁵

Foi, portanto, a partir das críticas e sátiras da imprensa parisiense que se consolidou a visão da República da Guiana Independente como uma aventura insensata de Jules Gros, explorando a conjuntura do litígio franco-brasileiro. O *Journal des Voyages*, em sua edição de 30 de outubro de 1887, foi taxativo: “a República de Cunani foi principalmente uma república parisiense limitada a leste pelo subúrbio Montmartre, a oeste pela Rua Drouot, ao sul pelo Teatro de Variedades, e ao norte pelo café de Madrid”. Nessa “fração do mundo”, acrescentava o periódico, a república “suruiu, viveu e morreu”.⁷⁶

No encerramento daquele ano, em 31 de dezembro de 1887, o suplemento literário do *Le Figaro* estampou duas páginas inteiras – inclusive a capa – repletas de caricaturas e textos zombeteiros sobre a República do Cunani. Rebatizando a edição de “Cunani-Revista”, o jornal ilustrava o que teria acontecido com o governo após a saída de Jules Gros: a eleição de

73 UNE révolution à Counani. *Le Temps*, Paris, p. 2-3, 15 set. 1887. Bnf.

74 Ibidem.

75 HOMMES et choses. *Le Radical*, Paris, p. 1, 15 set. 1887. Bnf.

76 LA REPUBLIQUE de Counani. *Journal des Voyages*, n. 538, p. 282, 30 out. 1887.

um novo presidente, sua “entrada triunfal” no povoado e a mobilização do exército nacional. Esta última era alvo de particular deboche: oficiais montados em avestruzes, camelos e rinocerontes; soldados utilizando a cauda de um crocodilo como catapulta e um hipopótamo servindo de base para um canhão.⁷⁷

E assim, entre discórdias internas e galhofas públicas, a República do Cunani desmoronou. Em 1888, Jules Gros ainda tentou reavivar o projeto negociando a concessão de direitos de exploração aurífera do território contestado com uma companhia inglesa. Como contrapartida, exigia manter-se na presidência e assegurar salários a todos os membros do governo. Embora a proposta parecesse vantajosa, Gros, assim como ocorrera com Jean Guigues, acabou igualmente descartado pelos investidores britânicos.

Do outro lado do Atlântico, em Cunani, as notícias sobre os reveses da república provavelmente foram recebidas com desalento. É possível, no entanto, que as próprias iniciativas de Guigues e Gros já tivessem causado descontentamento entre os moradores locais. Uma carta enviada ao *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris*, em 30 de agosto de 1888, sugeria mesmo a completa negação de tais acontecimentos. Nela, um autor identificado apenas como Verax relatava diálogo com Trajano Bentes acerca de sua participação na proclamação de 23 de outubro de 1886. Ao indagar-lhe, “bem, capitão, e vossa república?”, Trajano teria replicado:

Minha República! Senhor! Cunani jamais foi uma República... Ano passado, alguns homens que nós conhecemos bem, e outros que não conhecemos, vieram até nós com muitas armas, revólveres e cachaça, e nos disseram que eram nossos chefes. O imperador dessa República era um senhor que, diziam, se chamava Jules Gros e morava em Paris. Este cavalheiro existe? Nós nunca o vimos, e provavelmente não o veremos jamais. Nem queremos vê-lo, caso ele exista. É sem dúvida uma invenção das pessoas que vieram até nós.

— Como! Não foram vocês que o elegeram presidente? A sua assinatura, capitão, era a primeira na nomeação assinada por sessenta chefes de família de Cunani?

— Infelizmente! Senhor, como é fácil de enganar os franceses da França! Eu não tive conhecimento nem da suposta nomeação de Jules Gros, que não existe, estou bem convencido. Eles colocaram minha assinatura e a de dois ou três homens conhecidos do Cunani, e fundaram a sua República em um cabaré de Caiena. Sentados bebendo cachaça, chamavam os negros de Caiena que passavam e faziam assinar aqueles que sabiam escrever. Algumas garrafas de cachaça, algumas garrafas de cerveja, e assim a farsa foi criada.⁷⁸

À parte as questões sobre a autenticidade dessa declaração, era notável o quanto a República do Cunani havia se tornado não somente contestada, mas igualmente repudiada, tanto na imprensa em geral quanto em publicações de sociedades ilustradas. Não obstante, como vimos, seu significado não se reduz às representações criadas a partir da sua derrocada,

77 Counani-Revue. **Le Figaro**: Supplément Littéraire, Paris, p. 213-214, 31 dez. 1887.

78 **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris**. Paris, tome XI, p. 130-132, 1^{er} octobre 1888-1^{er} octobre 1889.

ainda que tenha existido um visível distanciamento entre as perspectivas de Jules Gros, Jean Guigues e as populações do Contestado.

Nos anos seguintes, marcados pelo pós-abolição e pela ascensão da República no Brasil, os conflitos locais em torno da posse do território contestado recrudesceriam, e teriam efeito direto na disputa entre França e Brasil, bem como na construção de uma memória oficial sobre o litígio.⁷⁹

Considerações finais

A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA da República do Cunani, para além do pitoresco e do escárnio ao qual foi reduzida pela imprensa e pelas narrativas históricas tradicionais, revela um cenário complexo de disputas políticas, alianças e conflitos relacionados à agência e ao uso de um território litigioso por populações de escravizados fugitivos e demais grupos socialmente estigmatizados por questões de raça, classe e etnia na Amazônia oitocentista.⁸⁰ Dessa maneira, ainda que a imagem relegada à posteridade tenha sido a de um brinquedo arquitetado por aventureiros em cafés parisienses, torna-se evidente que o arranjo político responsável pela proclamação de 1886 alinhava-se a estruturas de organização comunitária, liderança local e autonomia já existentes em Cunani. Tais dinâmicas foram forjadas por populações que instrumentalizaram a ausência de soberania estatal sobre o Contestado, convertendo-o em um espaço de reinvenção da liberdade.

Dessa forma, lideranças como Trajano Cypriano Bentes personificam a habilidade de sujeitos históricos que, embora marcados pelas agruras da fuga e da marginalização, souberam instrumentalizar símbolos nacionais e rivalidades geopolíticas europeias para consolidar suas próprias territorialidades. Ao articular redes de interações e apoios em âmbitos nacional e internacional, tais atores demonstraram capacidade de escolha estratégica. Nesse sentido, o recuo demonstrado por Trajano em relatos posteriores ao colapso da República do Cunani – ao minimizar sua participação diante de observadores estrangeiros – não deve ser lido como sinal de ingenuidade ou passividade, mas sim como parte de um repertório de autodefesa e pragmatismo político indispensável para navegar em uma fronteira que se tornava progressivamente mais disputada, vigiada e hostil.

Nos anos seguintes, uma série de eventos – incluindo a descoberta de ouro no Contestado na década de 1890, o expressivo aumento populacional, o acirramento das disputas locais entre os povoados e suas respectivas lideranças e, finalmente, a resolução definitiva do litígio territorial pela arbitragem suíça a favor do Brasil em 1900 – impôs novas dinâmicas de governança estatal à região.

79 PAZ, Adalberto. A República de Cabralzinho e o conflito do Amapá: disputas políticas e territoriais no Contestado Franco-Brasileiro (1891-1895). In: LOBATO, Sidney (org.). **Fronteirizações: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional** (séculos XVIII e XIX). Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 155-191.

80 Ver PAZ, Adalberto. Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia: do Diretório ao fim dos Corpos de Trabalhadores (1755-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-28, 2020.

Quanto a Trajano, após ter sido deposto do governo de Cunani, em 1894, e se envolver em um conflito que resultou na morte de brasileiros e franceses no povoado do Amapá, em 1895, o célebre líder quilombola decidiu retirar-se definitivamente do Contestado Franco-Brasileiro, acompanhado de sua esposa e de sua filha.⁸¹ A memória e a história de Cunani, contudo, permanecem, em meio aos discursos e às lutas pelo território no passado e no presente, como testemunho da pluralidade de projetos de liberdade, autonomia e cidadania audaciosamente vislumbrados, ou mesmo realizados, às margens dos impérios.

Recebido em: 12/06/2026

Aprovado em: 02/07/ 2026

Publicado em: 06/07/2026

81 UMA entrevista. **A República**, Belém, p. 2, 21 jul.1895. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Ver também PAZ, 2021, op. cit., p. 186-187.